

Teatro e os teatros no Teatro do Algarve

Pedro Ramos (*)

O Teatro no Algarve, ao longo de todo o séc. XX, esteve dependente das digressões de Companhias de Teatro Itinerantes, especialmente nos salões dos maiores centros urbanos, sendo o Teatro Lethes em Faro o caso emblemático. Mas foram, sobretudo, os variadíssimos Grupos de Teatro Amador que existiam no Algarve, antes e depois do 25 Abril (grande parte com forte intervenção sociopolítica), que criaram raízes e ligações das populações ao teatro. A partir dos finais dos anos 80 muitos desses grupos desapareceram, outros nasceram, mas poucos resistiram até hoje. Nas localidades onde esses grupos estão activos, a afluência, o entendimento e o sentido crítico do público em relação aos espectáculos que lá se apresentam é enorme e gratificante. No início dos anos 90, uma nova frescura surge com o Sin-Cera, o primeiro Grupo de Teatro Universitário algarvio. Mas só depois de duas tentativas falhadas, uma na década de 80 e outra na de 90, é que o Teatro Profissional se instala definitivamente na região, primeiro com a ACTA em 1998 e depois com o AL-MaSRAH Teatro em 2004, as duas únicas companhias de teatro profissional algarvias.

Ao comparar o panorama teatral algarvio com o da nossa região vizinha, o Alentejo, as diferenças são enormes. Embora com dimensões geográficas muito distintas, as duas regiões têm aproximadamente a mesma população fixa – 400 mil habitantes, mas o acesso ao teatro é muito diferente. Existe teatro profissional no Alentejo desde 1975, há quase 35 anos, enquanto no Algarve existe há apenas 11. Neste ano de 2009 a Direcção-Geral das Artes / Ministério da Cultura apoia, com 1 milhão de euros, 9 de 12 Companhias de Teatro Profissional no Alentejo enquanto no Algarve apoia as 2 únicas companhias existentes com 250.000€. Ou seja, a DGArtes investe 2,50€ per capita no Alentejo e 0,63€ no Algarve, o que significa que os alentejanos recebem mais 75% da DGArtes que algarvios. Se tivermos em conta a população flutuante nas duas regiões essa diferença ultrapassa os 90%. Não consideramos nada excessivo o montante atribuído ao Alentejo, tendo também em conta a sua grande área geográfica. Esta disparidade de apoios e de número de companhias deve-se a diversos factores, mas acontece essencialmente pelo forte enraizamento de hábitos teatrais tanto por parte do público como por parte dos poderes regionais e locais alentejanos.

No Algarve os hábitos teatrais e culturais em geral e, sobretudo, a valorização da criação artística da região são quase inexistentes. O que vem de fora, o importado parece melhor a alguns, a muitos. Talvez devido ao longo isolamento do Algarve e ao posterior e descontrolado boom turístico e suposto desenvolvimento, que não produziu costumes nem hábitos nem genuínas necessidades artísticas. Esta pouca sensibilização para o fenómeno teatral e pelas artes, em geral, por parte da população e especialmente por parte dos seus representantes tem-nos conduzido a situações caricatas e peculiares, dignas de uma peça de Teatro do Absurdo.

Compõem esta peça de Teatro dentro do Teatro o prólogo que já foi aqui descrito, 6 actos com muitas cenas e um epílogo em aberto que, a médio prazo e segundo as actuais conjecturas, se augura sombrio.

No 1º Acto vemos o estado actual das 2 companhias profissionais algarvias que, para além da pouquíssima divulgação por parte dos Media nacionais (que acontece igualmente com todas as outras companhias descentralizadas do país), são obrigadas a dividir 250.000€ de Apoio Directo da DGArtes, enquanto algumas companhias pelo país recebem mais do que esse valor, sendo que em Lisboa algumas recebem mais do dobro. Estes valores não são excessivos, o valor atribuído ao Algarve é que é mínimo, impedindo um concerto e efectivo crescimento das estruturas algarvias, cruciais para combater esta apatia cultural regional. Mas não é Lisboa que tem muito nem o Algarve que tem pouco, é o país que tem muito pouco.

Entramos no 2º Acto e nas Salas de Espectáculo da região. Existem quatro tipos de infra-

estruturas físicas teatrais Algarvias. Primeiro as mais antigas como as Casas do Povo, as Sociedades Recreativas e os Cine-Teatros onde, grande parte das vezes, as suas condições dificultam ou até impedem a apresentação de espectáculos. Em segundo lugar vêm alguns auditórios e outros espaços municipais, alguns deles até bastante recentes, onde é possível fazerem-se muitos tipos de espectáculos, mas grande parte das vezes em condições difíceis e precárias (alguns exemplos: palcos minúsculos, palcos de forma trapezoidal onde o centro de cena para os espectadores e para quem está em palco não é o mesmo, acessos para carregamentos muito distantes, umas salas sem equipamentos técnicos nem locais para colocar os projectores, outras sem condições acústicas, outras ainda com distancias abismais entre o palco e plateia, etc...). Depois, em terceiro, as Grandes Salas, com boas condições mas, por vezes, demasiado grandes para alguns espectáculos, para alguns públicos, para alguns locais e para alguns orçamentos. E, por fim, os espaços adaptados por estruturas profissionais (o CAPa pela Devir e o Espaço da Corredoura pelo AL-MaSRAH, por exemplo) ou por autarquias (o Cento Cultural António Aleixo em Vila Real de Sto. António é um excelente e raro exemplo de uma óptima recuperação).

Assistimos às Programações Teatrais dos Espaços e das Autarquias algarvias no 3º Acto, onde, salvo algumas excepções coerentes, encontramos um desconhecimento das funções sociais e pedagógicas da função de programador, pouca coerência nas programações, desprovidas de objectivos definidos, pouco diversificadas, privando populações de escolher o que querem ou não ir ver. Sem esquecer a excessiva importação de espectáculos lisboetas e, claro, é fácil encontrar entretenimento puro e duro, o Teatro Comercial, as figuras mediáticas que apenas chamam Teatro a uma extensão ao vivo da televisão.

No 4º Acto entramos nos perigosos meandros dos poderes locais e regionais de decisão. Para além de situações já faladas de infra-estruturas e programações, as disponibilidades e possibilidades de apoio das autarquias e outras instituições regionais são parcos, muitas vezes mal investidos, e a definição e estratégia de Políticas Culturais não faz parte da agenda de muitas delas. Encontramos casos de autarquias que entregam programações a empresas, que tendo fins lucrativos, inflacionam o preço dos espectáculos. Outras apenas têm protocolos de apoio com a ACTA, não querendo comprometer-se com mais nenhuma companhia profissional, não fomentando assim uma maior e mais eficaz circulação regular de outros espectáculos criados na região.

A escassez de tecido profissional na região surge no 5º Acto. Os recursos humanos qualificados nos vários campos do teatro são raros e grande parte de fora da região e /ou formados fora do Algarve. Aqui, acontece com o Teatro o mesmo que acontece em muitas outras áreas (têm-me dito): alguns pensam que, por terem feito uma oficina de formação ou um espectáculo, se tornaram profissionais e se apresentam como tal, tendo por vezes metodologias ou aprendizagens erróneas. Essa confusão entre amador e profissional é pernicioso e pretensioso porque alguns desses trabalhos afastam mais público do que aquele que criam. Por outro lado, o Ensino de Teatro no Algarve tem sido pontual: 2 cursos profissionais organizados pela ACTA em 1999 em 2003, com duração de apenas 1 ano. Actualmente existem 2 cursos profissionais a funcionar nas Escolas Secundárias Pinheiro e Rosa em Faro (desde 2007) e de Albufeira (desde 2008), com duração de 3 anos mas cuja carga horária total das disciplinas técnicas é pequena (inferior à carga horária dos cursos da ACTA) e dos quais não sabemos ainda quais serão os seus frutos concretos.

A outros equívocos já mencionados junta-se, no 6º Acto, o mais gritante, que infelizmente acontece também a nível nacional: a falta de conhecimento das diferenças entre Teatro e Expressão Dramática no Ensino Básico. Esta confusão entre as duas matérias, em vez de contribuir para o desenvolvimento psico-social e criativo dos indivíduos, através do jogo, da descoberta colectiva, da liberdade imaginativa, pode contribuir para afastá-los do teatro e até de outras artes quando obrigados a decorar textos e a cumprir marcações e directrizes rígidas.

Para terminar, o Epílogo. Está tudo em aberto para o futuro, mas, para haver um final feliz, há

muito a ser feito. A criação de mais companhias de teatro profissional na região também não é uma solução, nem sequer viável neste momento, se tudo o que foi aqui dito antes se mantiver igual. Para esta Tragédia se transformar em Comédia, sem serem feitos grandes Dramas, deveriam ser colmatadas as falhas que provocam graves injustiças e impossibilidades de efectiva, concreta, útil e necessária evolução das gentes e agentes culturais dignos desse nome. Começaria a haver uma boa e pensada importação de espectáculos, ajudas ao desenvolvimento quantitativo e, sobretudo, qualitativo do Teatro Amador algarvio, a criação de condições necessárias para combater veementemente as lacunas teatrais algarvias e oferecer à região criação com circulação sistemática por todo o Algarve, incluindo os concelhos mais periféricos; finalmente, a coerente e realmente profissional criação teatral pontual, se vier a acontecer na região. Isto tudo talvez seja uma utopia. A alteração de mentalidades e hábitos é lenta, mas é para isso que a Arte e a Cultura servem, mesmo com o trabalho dificultado – Portugal nunca cumpriu a norma comunitária de dedicar 1% orçamento de Estado à Cultura. Um dia, quando isso acontecer, talvez possamos começar a abrir caminho para transformar o Algarve, com todas as alterações físicas e sociais estruturais que isso acarreta, não num destino turístico massificado sazonal, mas num destino de Turismo Cultural.

(*) Gestor Cultural, Actor e Director Artístico do AL-MaSRAH Teatro. Membro da Assembleia Geral da AGEAL